

The Revolution of Pernambuco in the pages of the *Correio Braziliense* and the *Correo del Orinoco*: Languages, Concepts and Political Projects in Times of Independence (1817-1820)

A revolução de Pernambuco nas páginas do *Correio Braziliense* e do *Correo del Orinoco*: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820)

Ana Cláudia Fernandes

Mestranda em História pela Universidade de São Paulo

e-mail: aclaudiafernandes@usp.br

Resumo

A pesquisa apresentada a seguir tem por finalidade estudar o debate entre dois periódicos publicados em meio aos processos de independência política da América ibérica: o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco*. Travado entre 1817 e 1820, tal diálogo teve como eixo central os acontecimentos de Pernambuco em 1817, e nos conduz à idéia de "revolução" como conceito-chave para o entendimento daquela conjuntura, tendo como perspectiva a influência e interação mútua entre duas de suas vertentes: Brasil e Venezuela.

Abstract

The purpose of the following research is to study the debate between two periodicals published during Iberian America political independence process: *Correio Braziliense* and *Correo del Orinoco*. Occurred between 1817 and 1820, this dialogue had as central point the events that occurred in Pernambuco in 1817, leading us to the idea of "Revolution" as the key concept to understand that conjuncture, mainly through the perspective of the influence and mutual interaction between Brazil and Venezuela.

Palavras-chave

revolução, vocabulário político, imprensa, independência, Pernambuco

Keywords

revolution, political vocabulary, press, independence, Pernambuco

O tema

Buscando uma compreensão mais ampla da interlocução e influência mútua dos movimentos de independências na América ibérica, o debate entre o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco* (1817-1820) permite-nos identificar a heterogeneidade americana de uma mesma conjuntura no mundo ocidental, estabelecida pela emergência de novas referências para práticas sociais e políticas que, progressivamente, sobrepujaram as bases estruturais do Antigo Regime e, como seu desdobramento, do sistema colonial.

Assim, tendo como perspectiva geral a interação dos processos de independência das colônias ibero-americanas, para a análise do referido debate é imperativo o estudo sobre modernidade, opinião pública e imprensa, a fim de compreender o espaço de interlocução destes periódicos; da mesma forma, a reflexão sobre significados de "revolução" nesta conjuntura (idéia-chave da interlocução entre o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco*) para mensurar até que ponto as diferentes posições dessas publicações refletiam diferenças de posicionamentos e projetos políticos existentes nas Américas portuguesa e espanhola.

As fontes

Mesmo que tardia em relação as demais localidades americanas, a imprensa, ou mais precisamente a produção periódica, no Brasil e na Venezuela, surgiu num momento de grande importância para o delineamento das políticas futuras nesses territórios.¹ A nova conjuntura estabelecida no velho continente pelas ações napoleônicas obrigou as monarquias ibéricas ao reordenamento de suas relações com a América, num processo de transformações aceleradas, no qual o periodismo foi protagonista da difusão de informações e idéias, conectando localidades distintas.

Na América portuguesa, papel preponderante foi desempenhado pelo *Correio Braziliense*. Editado em Londres, desde junho de 1808, por Hipólito da Costa, tributário do reformismo ilustrado, esse mensário era um veículo do ideal de reformas do Estado monárquico, tidas como a melhor alternativa para a crise vigente. O *Correio Braziliense* expunha e discutia criticamente, em suas páginas, os assuntos que considerava de maior relevância no mundo ocidental, e principalmente os relativos à administração portuguesa, postura causadora, por diversas vezes, da censura à distribuição do periódico no Brasil. Foi publicado sem interrupções até 1822, somando um total de 175 números.

Do outro lado, o *Correo del Orinoco*, semanário fundado por ordem de Simón Bolívar, era publicado na cidade de Angostura (atual Ciudad Bolívar), onde em 1818 estava a base das forças revolucionárias durante a Guerra pela Independência da Venezuela. Teve 128 números, entre junho de 1818 e março 1822, com mais cinco edições extraordinárias, não numeradas. Contou com 16 colaboradores, o que torna quase impossível a tarefa de identificação dos artigos não assinados e aqueles assinados por pseudônimos.² Voz do movimento pela independência política da projetada República da Colômbia,³ era arma tática de informação, responsável por difundir entre compatriotas e estrangeiros os ideais e propósitos do movimento republicano, assim como disseminar uma idéia positiva dos resultados das suas empreitadas.

Identificados os parâmetros do discurso de cada um desses periódicos isoladamente, pretendemos o cotejo com outras fontes da mesma época (a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Gaceta de Caracas*) com o intuito de recons-

1

Tanto na América portuguesa como na Capitania-Geral da Venezuela, a imprensa periódica foi inaugurada no ano de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Gaceta de Caracas*, respectivamente.

2

Alguns desses pseudônimos foram usados provavelmente pelo próprio Bolívar. As colunas intituladas "Cartas de um Patriota" são atribuídas ao Dr. Cristóbal de Mendoza, colaborador do jornal a partir de 1820. Ver CORREA, Luis; DUARTE LEVEL, Lino. *La doctrina de la revolución emancipadora en el Correo del Orinoco*. Caracas: Academia Nacional de História, s.d.

3

"Las Repúblicas de Venezuela y la Nueva Granada quedan desde este día reunidas en una sola bajo el título glorioso de REPÚBLICA de COLOMBIA." Artigo 1º. da Ley Fundamental de la República de Colômbia, 17 de dezembro de 1819. In: *Correo del Orinoco*, nº. 47, de 18 de dezembro de 1819. CORREA, Luis; DUARTE LEVEL, Lino. Op.Cit., p.190-191. O seu território correspondia, em termos gerais, ao que atualmente está dividido entre Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá.

tituir, por meio dos jornais, parcela do que eram estes espaços públicos, para avaliar até que ponto os termos do debate eram ou não específicos em relação aos conteúdos mais amplos dos espaços de discussão que cada um integrava. Realizadas essas etapas, será possível confrontar os discursos do debate entre o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco*, buscando uma compreensão mais ampla da interlocução e influência mútua dos movimentos de independências na América ibérica.

Para o entendimento mais completo do quadro, incorporamos à documentação analisada os oito volumes das Cartas de Bolívar e documentos relativos ao movimento de 1817, em Pernambuco.⁴

4

Cartas del Libertador. Caracas: Fundación Vicente Lecuna, 1964, em oito volumes; Revolução de 1817. *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, volumes 101 ao 109.

Modernidade, opinião pública e imprensa

O debate em questão se insere num contexto resultante de um processo iniciado no século XVIII, quando mutações múltiplas no campo das idéias e dos comportamentos, concomitantes às alterações político-econômicas e sociais do quadro europeu, em interação com os valores do Antigo Regime, propiciaram a emergência de um novo sistema de referências, convencionalmente referido por "modernidade". Preliminarmente, poder-se-ia considerar, sob tal rubrica, uma alteração gradativa de valores, iniciada com os ideais iluministas, segundo os quais a razão era o principal critério norteador para comportamentos, instituições e também para o Estado.⁵

A estas transformações foi intrínseco o desenvolvimento de novas formas de sociabilidades compatíveis com a mutação dos valores: a livre associação de indivíduos em salões literários, tertúlias, academias e outras associações (como lojas maçônicas), com a finalidade de leitura e discussões orientadas pela razão. Destes espaços resultaram, além de novas práticas de leitura, práticas sociais modernas: associações livres, com definições sobre a periodicidade das reuniões, eleições e regras para o debate de idéias.

Em comparação a este ideal, as sociedades absolutistas com base em estamentos hierarquizados, fundamentadas na tradição e na idéia de providência divina, representavam um sistema a ser superado. Contudo, a simples oposição entre Absolutismo e Iluminismo não pode ser tomada como suficiente. As transformações das mentalidades não ocorreram à margem dos Estados europeus, mas também no interior de suas estruturas. A situação de dificuldade do sistema absolutista no século XVIII (Estados endividados, sem condição de vitórias em caso de guerras e que não conseguiam exercer uma administração eficiente em suas colônias), criou condições para que esses Estados se aliassem aos ideais "das luzes", adotando políticas reformistas pautadas pela racionalidade ilustrada. Ou seja, o movimento iluminista desenvolveu-se politicamente a partir do absolutismo. Inicialmente como sua conseqüência interna, transformou-se em elemento da promoção de sua decadência. De forma esquemática, os Estados absolutistas teriam condicionado a gênese do Iluminismo, e este último, a gênese da Revolução.⁶

Neste contexto, Portugal e Espanha, em grave crise econômica, e numa situação periférica no cenário internacional (dominado por Grã-Bretanha e França), adotaram políticas reformistas pautadas pela racionalidade ilustrada. Realizaram reformas político-administrativas, educacionais, militares, recrudesceram o sistema de tributação, fomentaram o aumento da produção e exportação dos gêneros coloniais. Medidas que aumentaram as tensões nas respectivas possessões ultramarinas e se mostraram insuficientes para reversão do quadro crítico em que as metrópoles se encontravam.⁷

5

Acerca do Iluminismo e seu impacto sobre as revoluções do século XVIII: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

6

KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit.; GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independências*. México: Editorial Mafre e Fondo de Cultura Económica, 1993.

7

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986; HALPERIN DONGHI, Túlio. *Reforma e disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madri: Alianza Editorial, 1985.

Portanto, inseridos no processo mais amplo, os Estados ibéricos compartilham as transformações gradativas, mas bastante aceleradas, nas quais agrupamentos privados desenvolvidos sob o signo de novas práticas de sociabilidade (baseadas em leituras, debates e liberdade de crítica), estabeleceram novas formas de comunicação, novos espaços de circulação de idéias, a transformação e criação de conceitos, promovendo o desenvolvimento de uma esfera crítica do poder público.

Assim, o debate que pretendemos estudar se insere num contexto "marcadamente híbrido entre práticas e valores ainda consagrados ao que passava a se chamar Antigo Regime, e outros que se pretendiam modernos".⁸

A interação entre as distintas realidades e práticas políticas fora promovida pelo desenvolvimento da idéia de opinião pública e, conseqüentemente, de espaços públicos de discussão. Os debates sobre questões estéticas, científicas e literárias (de meados do século XVIII), foram gradativamente ampliados ao campo político, ultrapassando o limite do privado e tornando-se veículo pelo qual a modernidade extrapolou as esferas dos ideais e promoveu mudanças significativas na relação entre Estados e sociedades; conseqüentemente, a alteração gradativa das práticas sociais e políticas de grande parte da Europa e, por conseguinte, das suas respectivas possessões. Com o decorrer dessas transformações, as projeções para o porvir se desvinculavam cada vez mais das experiências até então conhecidas. Os acontecimentos do passado já não eram suficientes para fundamentar as expectativas geradas por estas novas referências. Desse modo, a idéia de modernidade passa a ser vinculada a noção do novo, ou seja, caracterizada pela ruptura, e não pela continuidade.⁹

Para viabilização e fomento deste espaço do juízo coletivo era imperativo o aprimoramento da comunicação. O aumento da circulação de impressos e, principalmente, a expansão da imprensa periódica permitiam a observação e interação desses espaços por seus próprios participantes. Dessa maneira, no início do século XIX, os periódicos já estabelecidos como meio de informações científicas e artísticas passaram a instrumento veiculador de projetos políticos.

Nessa condição, a imprensa contribuiu para o delineamento de identidades políticas e culturais, intervindo nos processos e episódios, em vez de dignar-se apenas ao simples reflexo dos fatos. Ofereceu os recursos técnicos necessários para uma difusão mais acelerada de princípios e proposições práticas, promovendo a identificação de grupos que passam a compartilhar expectativas em torno de ideais propagados.¹⁰ A criação desta noção de pertencimento a uma coletividade maior foi fator importante no empreendimento dos processos de independência, principalmente no que se diz respeito à América espanhola, e que indiretamente condicionaram os desdobramentos políticos na vizinhança luso-americana.¹¹

Sobre Revolução

O estudo semântico do termo "revolução", chave do debate estudado, é ferramenta necessária para análise do quadro político em questão, e da forma como este era entendido pelos periódicos contendores, além de possibilitar a constatação da medida em que as diferentes posições destas publicações refletiam diferenças de posicionamentos e projetos políticos existentes nas Américas portuguesa e espanhola.

A palavra "revolução" foi originalmente empregada pela astronomia para designar o movimento dos corpos celestes em suas órbitas, indicando

8

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003. p.11.

9

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006. p.305-329.

10

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, capítulos 2 ao 4; MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. Op.Cit.; MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCÓS, István (org.), *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005. p.617-636.

11

PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

12

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006. p.64-65; Também sobre o tema: ARENDT, Hannah. *Sobre Revolução*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001; HOBBSAWM, Eric J.. *A era das revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FURET, François. *A Revolução em debate*. São Paulo: EDUSC, 2001; GODECHOT, Jacques. *As Revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Pioneira, 1976; ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Modernidad, revolución e historiografía. In: _____. *La Cultura Moderna de la Historia*. México: El Colégio de México, Centro de estudios Históricos, 2002; CALDERÓN, Maria Teresa; THIMBAUD, Clément. *Las Revoluciones en el Mundo Atlántico*. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2006.

13

ARENDT, Hannah. Op.Cit., p.49-50.

14

"Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres". Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. França, 26 de agosto de 1789. In: www.direitoshumanos.usp.br/counter/Doc_Histo/texto/Direitos_homem_cidad.html

um movimento cíclico natural de repetições, mantendo assim o sentido preciso do termo latino *revolutio*: volta, giro. A partir do século XVII verifica-se o uso do termo "revolução" no sentido político, com um significado muito próximo do original latino, aplicado para indicar uma rotação para um ponto preestabelecido e, implicitamente, de retorno a uma ordem anteriormente determinada. Ao fim da chamada Revolução Inglesa, Hobbes descreveu os 20 anos passados em um movimento circular que havia conduzido desde o monarca absoluto, passando pelo parlamento, e deste, até a ditadura de Cromwell e, de volta, por meio de formas oligárquicas intermediárias, a monarquia, restaurada.¹²

Dessa maneira, a palavra "revolução", no aspecto político, originalmente tinha o significado de restauração. Segundo Arendt, devemos considerar os movimentos iniciais das revoluções do século XVIII (a americana e a francesa) neste sentido, pois foram "desencadeadas por homens firmemente convencidos de que não faziam mais do que restaurar uma antiga ordem de coisas, perturbada e violada pelo despotismo da monarquia absoluta ou pelos abusos do governo colonial".¹³ Segundo a autora, seria no decorrer dos respectivos processos revolucionários que se tomaria consciência da impossibilidade de qualquer restauração e da necessidade de empregar esforços em um empreendimento totalmente inédito e, portanto, quando a própria palavra "revolução" já tinha adquirido seu novo significado.

Contudo, devemos considerar que o desejo de retorno a tal "ordem perturbada e violada", motivação para desencadeamento das revoluções citadas, era estabelecida por ideais subjetivos, de direitos e liberdades, definidos pela mutação de valores e referências de comportamentos desenvolvidos a partir do século XVIII. Ou seja, pela irrupção da modernidade. Do contrário, como explicar a "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão" 43 dias depois da tomada da Bastilha?¹⁴

Resumindo, somente a partir da experiência francesa de 1789, o termo revolução passou a ser usado para descrever um movimento até então inédito, de subversão da ordem política e social. A necessidade de expressão dessa nova experiência promoveu a re-significação do termo na esfera dos discursos, definindo um conceito de revolução intrinsecamente ligado à noção do novo, de transformação político-social como resultado da ação consciente do homem, impulsionada pela idéia de liberdade, noção que permeou o imaginário das iniciativas independentistas na América hispânica e, de certo modo, também na portuguesa.

Por outro lado, ao final da era napoleônica, os países reunidos no Congresso de Viena, em 1814, tinham por objetivo a restauração dos princípios de legitimidade das monarquias. A partir de então, na lógica desta política restauradora, a Revolução Francesa passou a ser exemplo negativo de radicalismo, perturbação da ordem e exageros a serem evitados.

Portanto, o debate que pretendemos analisar (motivado pelos acontecimentos de 1817, em Pernambuco) está inserido em um contexto de rápidas transformações marcadas pela transitoriedade nas formas políticas, onde talvez seja possível identificar idéias distintas relacionadas à revolução convivendo simultaneamente na esfera dos discursos e das práticas.

No plano específico, em 1817, praticamente toda a América espanhola estava em guerra. As forças realistas seguiram combatendo os movimentos de independência política, agora, não apenas como aspiração de alguns setores das sociedades americanas, mas como desenlace inevitável da crise do Antigo Regime naqueles territórios.

15

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *Historia fundamental de Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006.

16

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1988. p.87-103; MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.20-28.

17

O porto de Recife era um pólo dinamizador através do qual articulava-se toda economia regional: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Ver MOTA, Carlos Guilherme. Op.Cit.; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo – Recife: Editora Universitária UFPE, Hucitec, FAPESP, 2006. p.59-100.

18

Sobre a Revolução de Pernambuco: BERBEL, Márcia Regina. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003. p.345-364; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Op.Cit., (os quatro primeiros capítulos); LEITE, Glacyra Lazzari. Op.Cit.; LIMA, Oliveira. A Revolução Pernambucana de 1817 in: *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004; MOTA, Carlos Guilherme. Op.Cit.; SILVA, Luiz Geraldo. Pernambucanos, sois portugueses! Revista eletrônica *Almanack Braziliense*, São Paulo, no.1, maio de 2005. (<http://www.almanack.usp.br>); TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

19

PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. p.220-221.

20

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos na prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002. p.153-160.

Na Venezuela, no final daquele ano, o movimento revolucionário (como se autodenominava), já tinha assegurado suas posições em todo leste e sul do país. Com sua base na região de Angostura, localização estratégica pela facilidade de comunicação e deslocamento pelo rio Orinoco, as ações políticas republicanas, sob orientação de Simón Bolívar, além do combate às forças realistas, buscavam estabelecer os fundamentos institucionais da nova República, constituindo as primeiras estruturas de governo: Conselhos de Estado, Secretarias de Governo, Tribunais Cíveis e de Comércio e a Alta Corte de Justiça.¹⁵

Assim, o período entre 1817-1820 foi caracterizado pela concretização do projeto de independência da Venezuela sob um sistema republicano de governo. Nesta conjuntura, em junho de 1818, foi publicado o número inaugural do semanário *Correo del Orinoco*, fundado por ordem de Simón Bolívar, concebido como porta voz do movimento pela independência e instrumento de propagação dos ideais da República da Venezuela.

Simultaneamente, seguiam-se os esforços da vizinhança luso-americana para manutenção do sistema monarquista. Tentando cobrir os gastos para financiar a guerra na região platina, o governo português (sediado no Rio de Janeiro) promoveu o recrudescimento da cobrança de impostos, aumentando a oposição de interesses entre parte da aristocracia nativa e agentes da administração portuguesa, principalmente no tocante às articulações comerciais.¹⁶

Na Capitania de Pernambuco, uma das mais importantes da América portuguesa,¹⁷ o conjunto de tensões criou condições para a explosão das tendências contrárias à manutenção dos laços coloniais. Em 6 de março de 1817, com a participação de diversos setores da sociedade (comerciantes, proprietários, membros do clero, militares, artesãos e uma camada de homens livres que conferiu ao movimento um caráter mais radical e popular), iniciou-se em Pernambuco uma insurreição que propôs e concretizou, por 74 dias, o rompimento com o domínio português na região e a adoção de um sistema republicano de governo.¹⁸

Além dos fundamentos legais, o movimento republicano em Pernambuco apresentava outras feições inovadoras. Alterações nas formas de sociabilidade com o uso de "vós" nos tratamentos pessoais, estabelecendo a idéia de igualdade entre todos; no vocabulário político, por exemplo, o uso do termo "patriota"; a criação de uma nova bandeira para República; e a impressão "Declaração dos Direitos Naturais, Cíveis e Políticos do Homem" na Oficina Tipográfica da República de Pernambuco. Enfim, esforços claramente inspirados nas referências de valores modernos, que pretendiam apagar as lembranças coloniais e as insígnias da realeza portuguesa.

Mesmo sendo controlado pelas autoridades reais, o movimento em Pernambuco "ofereceu a prova mais inequívoca de que os temores de convulsão da América portuguesa, sentidos, aventados e administrados pela Corte do Rio de Janeiro desde 1808, não eram tão somente fantasmas criados pela observação da infeliz realidade dos domínios espanhóis na América".¹⁹

Não só o governo português estava atento à turbulenta vizinhança. As atenções eram recíprocas. Os hispano-americanos não ignoraram os acontecimentos de Pernambuco. Importantes periódicos em circulação à época, como os portenhos a *Gazeta de Buenos Aires*, a *Crônica Argentina* e *Censor*,²⁰ e, mais próximos territorialmente da Capitania de Pernambuco, como a *Gaceta de Caracas*, mostraram-se atentos ao movimento. Este último, em sua edição de 10 de dezembro de 1817 reproduziu trechos do

21

Gaceta de Caracas, edição fac-similar em comemoração ao bicentenário de Simón Bolívar. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1983, vol.6, p.1263 e vol. 7, p.1922, respectivamente.

22

Correio Braziliense, nº 108, maio de 1817. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. 18. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.552-553.

23

Correio Braziliense nº 108, maio de 1817. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., p.556-557. As matérias criticando a atuação do governo português no Brasil eram freqüentes. Na publicação anterior (abril/1817), antes de qualquer notícia sobre o movimento pernambucano, publicou uma carta com pouco mais de quatro páginas sobre "os negócios públicos em Pernambuco", com duras críticas à administração daquela capitania. Cf. COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., p.466-470.

24

Correio Braziliense nº 109, junho de 1817, vol. 18. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., p.671-680.

periódico publicado na Bahia, *Idade d'Ouro no Brasil*, de 30 de maio daquele ano, noticiando a derrota do movimento revolucionário. A "insurrección de Pernambuco" foi novamente citada pelo periódico, em maio de 1819.²¹ Mostrando-se ainda mais interessado, o *Correio del Orinoco* provocou um caloroso debate com o *Correio Braziliense*, motivado pelo ocorrido em Pernambuco no ano de 1817.

O debate

As primeiras informações sobre o movimento em Pernambuco, iniciado em 6 de março de 1817, foram noticiadas pelo *Correio Braziliense* dois meses depois. Na publicação de nº 108, reproduziu-se extrato de uma correspondência inglesa sobre o ocorrido. Na seqüência, num breve comentário, a relação entre os acontecimentos no Brasil e os movimentos na América hispânica foi imediatamente estabelecida:

Se as notícias que temos recebido são corretas, e não temos dúvida que o sejam, o Governo Português do Brasil se pode considerar totalmente subvertido, ao ponto de não haver esforços, que o possam restabelecer: e este acontecimento terá uma poderosa influência nas operações futuras dos insurgentes espanhóis.²²

Usando da mesma lógica das análises que fez sobre os movimentos hispano-americanos, considerados conseqüências políticas inevitáveis do mau governo espanhol, ainda nesta publicação, o editor atribuiu os eventos em Pernambuco (usando o termo "revolução" para denominá-los), à má gestão do Estado português:

Quanto as causas do descontentamento do povo, os nossos Leitores, que se lembrarem do que temos dito, sobre a necessidade de mudar a administração do Brasil, não acharão dificuldade em explicar a origem de tremenda revolução, que acaba de desenvolver-se em Pernambuco; porque é moralmente impossível que um país como o Brasil, crescendo todos os dias em gente e, em civilização, ao ponto de constituir uma grande nação, possa sofrer a continuação do sistema de governo militar e, das instituições coloniais (...) A comoção no Brasil é motivada por um descontentamento geral, e não por maquinações de alguns indivíduos".²³

Verifica-se no número seguinte do *Correio Braziliense* maiores informações sobre o ocorrido. Inúmeros documentos foram reproduzidos (Ordem do Capitão Geral de Pernambuco, manifestos e decretos do Governo Provisório) e, na última seção do periódico, uma longa análise do editor sobre o dito movimento. Parecendo desculpar-se por suas primeiras impressões, Hipólito da Costa diminuiu a importância do evento, e igualou a situação pernambucana a de qualquer outra capitania, ainda que passível de crítica. O termo "revolução" passou a ser evitado:

A ansiedade, que sentimos, ao momento em que publicamos o número passado, tendo acabado de receber as notícias vagas e indeterminadas, sobre o levantamento de Pernambuco; se tem em grande parte diminuído; por termos podido de algum modo averiguar a extensão do mau; (...). Este sucesso em Pernambuco, é de muito maior importância em suas conseqüências, do que na sua atual extensão. (...) A desorganização observada em Pernambuco, (...) nós mui decididamente a impu-
tamos ao sistema. E a prova disso a achamos, no que sucede em todas as demais capitânicas, e com todos os demais governadores, como se pode ver, pelas notícias, que temos de tempos em tempos publicado em nosso Periódico.²⁴

E parecendo contradizer sua publicação anterior, desqualificou a iniciativa de tal movimento e a escolha de um sistema republicano de governo. Nesta altura, o uso do termo "revolução" foi substituído por "rebelião", e os revolucionários passaram a ser tratados como "insurgentes":

"Desejamos porém aqui explicar-nos claramente, que esses abusos nunca podiam justificar uma rebelião; mas dizemos, que são provocação mais que bastante. (...). Uma vez que as revoluções começam pelo povo, a tendência é sempre para a forma de Governo Republicano; por mais imprópria que esta seja; (...) Assim, os insurgentes, em vez de seguirem o conselho de um de seus membros, que propunha mandar uma Deputação ao Soberano, resolveram logo declarar-se em Estado independente; publicaram o manifesto (à p.604) aonde em vez de argumentos só usaram de inventivas diretas contra a pessoa do mesmo Soberano (...)."²⁵

25

Correio Braziliense nº 109, junho de 1817, vol. 18. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. 18. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.674.

Dois meses depois, ao confirmar o controle realista na capitania, o editor deixou claro sua posição de reprovação à dita iniciativa:

A narrativa oficial que publicamos, descreve o fim da tragédia em Pernambuco. Assim findou aquela criminosa e imprudente empresa, que na nossa opinião, como já dissemos, tenderá a demorar muito os melhoramentos necessários no Brasil, nas coisas políticas.²⁶

26

Correio Braziliense nº 111, agosto de 1817, vol. 10. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., p.213.

Atento aos ecos revolucionários na vizinhança monarquista e reconhecendo a importância do evento, o *Correio del Orinoco*, como veículo do movimento republicano na Venezuela, contestou as asserções do *Correio Braziliense*. E ao fazê-lo, manifestou surpresa na posição adotada por Hipólito da Costa:

Si no tuviesémos à la vista el periódico impreso en Londres, no seríamos capaces de creer que el escritor incurriese en semejantes extravíos y inconsecuencias. Desde que comenzó nuestra revolución contra el despotismo religioso y político de la España, tuvimos los revolucionarios suficiente motivo para no esperar del *Correio Braziliense* una producción tal como la que indicamos. Desde entonces le apreciamos por sus ideas liberales, bien pronunciadas en los números que llegaban à nuestras manos sobre la regeneración política de este hemisfério.

Nos abstendremos de investigar qual haya sido la causa que induxo al Editor à contradecirse en sus principios, vulnerando la alta dignidad del hombre, hollando sus derechos imprescriptibles, y echando sobre sus escritos un borron casi indeleble.²⁷

27

Correio del Orinoco, nº 18, 13 de fevereiro de 1819. Em RIVAS MORENO, Geraldo (ed.), *Correio del Orinoco*, Edición Facsimilar. Bogotá: Fundación FICA, 1998. p.69. O artigo é publicado em duas partes. A segunda, no número subsequente, em 20 de fevereiro de 1819.

Em poucas linhas, a proposta de refutação às idéias do *Correio Braziliense* sobre os acontecimentos de Pernambuco converteu-se em um discurso sobre o tema "revolução" de forma generalizada:

Nada dice contra nuestra revolución el artículo que vitupera la de Pernambuco, pero siendo de una transcendencia universal los errores de derecho, alegados contra los agentes de esta novedad, tambien es del deber de todos los hombres libres atacarlos, sosteniendo los principios fundamentales de la sociedad, para que nunca puedan prevalecer contra el pacto social las invenciones que forman el triple yugo de la monarquía absoluta, de los privilegios feudales, y del fanatismo religioso.²⁸

28

Ibidem.

Para o autor do artigo (não assinado), a "revolução" é um direito natural do homem, posto que é próprio de sua essência reagir à opressão, além de ser a única forma eficiente de luta contra as arbitrariedades dos governos tirânicos (a definição destes governos, em alguns trechos, parece confundir-se com a idéia de monarquia), independente de tempo e espaço:

29

Correo del Orinoco, nº 18, 13 de fevereiro de 1819. Em RIVAS MORENO, Geraldo (ed.), *Correo del Orinoco*, Edición Facsimilar. Bogotá: Fundación FICA, 1998. p.69. O artigo é publicado em duas partes.

30

Correio Braziliense no 135, agosto de 1819. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. 23. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.171-173.

31

Um raro estudo sobre o discurso de Hipólito da Costa em relação ao eventos de Pernambuco é PIMENTA, João Paulo Garrido. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003. p.123-139.

32

Correio Braziliense, 1808. Citado por PIMENTA, João Paulo Garrido. Op.Cit., p.123.

33

Ibidem, p. 123-139.

"Por las revoluciones es que el hombre há podido libertase de la tirania, en todas las partes y em todos los tiempos."²⁹

O sentido de "revolução" no discurso do *Correo del Orinoco* nos parece evidente: um movimento pela instauração de uma nova ordem em nome da liberdade, direito inalienável do homem, substituindo um sistema despótico opressor. Suas motivações também são claras, pois como porta-voz do movimento independentista na Venezuela, além de ferramenta de informação responsável por difundir uma imagem positiva dos resultados das ações das forças pró-independência, tinha o compromisso de difundir entre os compatriotas os ideais e propósitos da "Revolução", assim como vincular seus esforços com movimentos similares – principalmente se em território contíguo à sua fronteira. Por outro lado, precisava oferecer um contra-ponto aos ataques persistentes da *Gaceta de Caracas*, no período convertida em instrumento realista de persuasão da opinião pública. Dessa maneira, as notícias de revolução na resistente vizinhança monarquista, legitimaria ainda mais os empenhos republicanos na América hispânica.

Ao tomar conhecimento do inflamado discurso sobre "revolução", publicado no periódico da Venezuela, Hipólito da Costa respondeu aos artigos do *Correo del Orinoco* e qualificou o movimento de Pernambuco como "motim isolado", sem comparação, portanto, aos movimentos na América hispânica, assinalando a diferença de sua situação em relação aos países vizinhos, pois Pernambuco tinha um rei "de posse pacífica, sem contendor rival" e "longe de sofrer opressões e vexames (...) passava por ser a mais rica praça de comércio do Brasil".³⁰ A necessidade de desvincular os acontecimentos de Pernambuco do contexto vizinho é evidente.³¹ Portanto, um discurso que corresponda à sabida importância da discussão de tal tema na esfera pública, seja pela necessidade da defesa de um projeto político junto à opinião pública, ou ainda por uma questão mais ampla, como apontado anos antes pelo próprio Hipólito:

porque esses jornais formam a história do tempo; estes fatos são depois transferidos para os registros anuais, e daí copiam os historiadores para as histórias que serão transmitidas à posteridade; e assim se estabelece o bom ou mau nome de uma nação.³²

Neste ponto, parece-nos importante investigar o sentido de uma suposta mudança de tom do *Correio Braziliense* sobre o tema revolução. Aparentemente, a idéia sobre revolução, que inicialmente correspondia a uma reação justificável, motivada pela necessidade de restauração do governo, passou, em 1817, a ser relacionada à desordem e insubordinação, ou seja, sublevação à ordem.³³ A manifestação "revolucionária" em território colonial português torna o "jogo de espelho" entre as nações portuguesa e espanhola (praticado até então por Hipólito da Costa, como forma de alertar a Corte no Rio de Janeiro sobre os males da administração do Brasil) indesejável, pois um futuro de conseqüências possivelmente perigosas parecia se fazer demasiadamente próximo. Assim, sobre o movimento de Pernambuco, nos parece que a opinião de Hipólito da Costa aproximou-se da posição dos membros do governo português, ao tratá-la como simples rebelião isolada.

Esta é uma hipótese que nos parece bastante viável, mas não representa a única via de análise possível. É importante considerar também a situação da figura do Rei no discurso do editor do *Correio Braziliense*, posto

que é um monarquista por princípio. Ao apoiar as manifestações de 1810 que desvinculavam as colônias americanas do poder metropolitano espanhol, o primeiro argumento utilizado se referia a ausência do soberano:

34

Correio Braziliense, nº 25, junho de 1810. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. 4. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.663.

A justiça deste modo de proceder nos parece evidente; porque não há mais razão para supor que a província de Caracas ou outra qualquer da América espanhola se deva submeter ao governo da província de Galiza, ou de Andaluzia ou de outra qualquer província européia; (...) pois é evidente que faltando o Soberano a nação devia escolher um Governo; (...).³⁴

Em setembro do mesmo ano:

35

Correio Braziliense, nº 28, setembro de 1810. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., Vol. 5. p.355.

Por conseqüência espontânea, tornou as Américas emancipadas; bem como o filho pela morte de seu pai se acha naturalmente *sui juris*. A Espanha com a prisão de seus Monarcas, e família Real ficou em estado de anarquia (...).³⁵

Outro ponto importante é que até mesmo nas críticas mais contundentes ao governo português, veiculadas pelo *Correio Braziliense*, a figura do Príncipe Regente sempre foi poupada. Em meio à situação crítica do movimento de 1817, o editor justificava:

36

Correio Braziliense, nº 108, maio de 1817. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., Vol. 18. p.557.

El Rei, como naturalmente acontece a quase todos os Príncipes, não tem quem lhe fale a verdade; e assim não temos dúvida que esta revolução de Pernambuco lhe será representada como mera ebulição do momento (...).³⁶

Dessa forma, nos parece coerente que o editor distancie os acontecimentos 1817 dos movimentos hispano-americanos, argumentando:

37

Correio Braziliense, nº 135, agosto de 1819. In: COSTA, Hipólito José da. Op.Cit., Vol. 23. p.171-173.

Em Pernambuco havia um rei só de posse pacífica, sem contendor ou rival (...). não havia rei intruso ou estrangeiro; era o mesmo que tinha sempre ali governado; Pernambuco, longe de sofrer opressões e vexames; que o fizessem mais humilde do que outras províncias, passava por ser a mais rica praça de comércio do Brasil.³⁷

Principalmente se considerarmos que após o Congresso de Viena, os ideais de restauração tinham grande fôlego na política européia que concentrava esforços em "emendar" os males da Revolução Francesa. Contudo, no tocante a América espanhola, a experiência dos anos anteriores a conduziu por um caminho sem a possibilidade de retorno. Motivo pelo qual a Corte portuguesa deveria se manter atenta e escolher uma via diplomática que a protegesse da vizinhança, vista como "revolucionária".

Por ora, tratam-se apenas de possibilidades analíticas, pois uma interpretação mais acabada dos discursos do *Correio Braziliense*, acerca do tema revolução, ainda exige maiores esforços investigativos para compreendermos o significado do debate estabelecido com o *Correo del Oricono*.

Neste sentido, duas hipóteses nos parecem possíveis. A primeira, considerando que, embora os interlocutores utilizem um vocabulário comum ao tratar dos acontecimentos de Pernambuco, seus discursos expressam sentidos distintos de "revolução", explicitando situações e expectativas diversas. Ou por outra via, o termo poderia ser compreendido por ambos no sentido moderno. Por isso, defendido pelo periódico publicado na Venezuela, que advogava pela causa republicana e, rejeitado pelo *Correio Braziliense*, cujo editor era tributário da idéia de reforma da monarquia bragantina como meio de sua manutenção.